

SUMÁRIO

<i>Homenagem,</i>	<i>5</i>
<i>Nota Prévia,</i>	<i>7</i>
<i>Ao Leitor,</i>	<i>9</i>
<i>Abreviaturas e siglas usadas,</i>	<i>13</i>

CAPÍTULO I – NOÇÕES PRELIMINARES

<i>1. O Direito,</i>	<i>35</i>
<i>2. Direito Público e Direito Privado,</i>	<i>35</i>
<i>3. Direito Administrativo,</i>	<i>36</i>
<i>4. Conceito de Direito Administrativo,</i>	<i>37</i>
<i>5. Relações com outros ramos do Direito e com as Ciências Sociais,</i>	<i>38</i>
<i>6. Direito Administrativo e Ciência da Administração,</i>	<i>41</i>
<i>7. Direito Administrativo e Política,</i>	<i>41</i>
<i>8. Fontes do Direito Administrativo,</i>	<i>43</i>
<i>9. A codificação do Direito Administrativo,</i>	<i>44</i>
<i>10. Interpretação do Direito Administrativo,</i>	<i>44</i>
<i>11. Evolução histórica do Direito Administrativo,</i>	<i>48</i>
<i>12. O Direito Administrativo no Brasil,</i>	<i>48</i>
<i>13. Sistemas administrativos,</i>	<i>49</i>
13.1 Sistema do contencioso administrativo,	49
13.2 Sistema judiciário,	50
<i>14. O sistema administrativo brasileiro,</i>	<i>52</i>

CAPÍTULO II – ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA

<i>1. A estrutura administrativa,</i>	<i>54</i>
1.1 Conceito, elementos e poderes de Estado,	54
1.1.1 Conceito de Estado,	54
1.1.2 Elementos do Estado,	55
1.1.3 Poderes de Estado,	55
1.2 Organização do Estado e da Administração,	56
1.2.1 Organização do Estado,	56
1.2.2 Organização da Administração,	57
1.3 Governo e Administração,	58
1.3.1 Governo,	58
1.3.2 Administração Pública,	58
1.4 Entidades políticas e administrativas,	59
1.4.1 Entidades estatais,	59
1.4.2 Entidades autárquicas,	59

- 1.4.3 Entidades fundacionais, 60
- 1.4.4 Entidades empresariais, 60
- 1.4.5 Entidades paraestatais, 60
- 1.5 Órgãos e agentes públicos, 60
 - 1.5.1 Órgãos públicos, 60
 - 1.5.2 Classificação dos órgãos públicos, 62
 - 1.5.2.1 Órgãos independentes, autônomos, superiores e subalternos, 62;
 - 1.5.2.2 Órgãos simples ou compostos, 64;
 - 1.5.2.3 Órgãos singulares ou colegiados, 65
 - 1.5.3 Agentes públicos, 66
 - 1.5.3.1 Agentes políticos, 67;
 - 1.5.3.2 Agentes administrativos, 69;
 - 1.5.3.3 Agentes honoríficos, 70;
 - 1.5.3.4 Agentes delegados, 71;
 - 1.5.3.5 Agentes credenciados, 71
 - 1.5.4 Investidura dos agentes públicos, 71
 - 1.5.4.1 Investidura administrativa, 72;
 - 1.5.4.2 Investidura política, 72;
 - 1.5.4.3 Investidura originária e derivada, 72;
 - 1.5.4.4 Investidura vitalícia, efetiva e em comissão, 73
- 2. **A atividade administrativa, 73**
 - 2.1 Conceito de administração, 73
 - 2.2 Natureza e fins da administração, 75
 - 2.2.1 Natureza, 75
 - 2.2.2 Fins, 75
 - 2.3 Princípios básicos da administração, 76
 - 2.3.1 Legalidade, 77
 - 2.3.2 Moralidade, 78
 - 2.3.3 Impessoalidade ou finalidade e igualdade, 80
 - 2.3.4 Razoabilidade e proporcionalidade, 81
 - 2.3.5 Publicidade, 82
 - 2.3.6 Eficiência, 86
 - 2.3.7 Motivação, 89
 - 2.3.8 Segurança jurídica, 92
 - 2.3.9 Ampla defesa e contraditório, 95
 - 2.3.10 Interesse público ou supremacia do interesse público, 96
 - 2.4 Política de governança da Administração Pública, 97
- 3. **Os poderes e deveres do administrador público, 98**
 - 3.1 Poder-dever de agir, 99
 - 3.2 Dever de eficiência, 99
 - 3.3 Dever de probidade, 101
 - 3.4 Dever de prestar contas, 101
- 4. **O uso e o abuso do poder, 102**
 - 4.1 Uso do poder, 102
 - 4.2 Abuso do poder, 103
 - 4.2.1 Excesso de poder, 104
 - 4.2.2 Desvio de finalidade, 105
 - 4.2.3 Omissão da Administração, 105
- 5. **Autocomposição de conflitos no âmbito da Administração Pública, inclusive com particulares, 107**
- 6. **A Lei Anticorrupção/LAC, 111**
- 7. **O Direito Administrativo sancionador, 119**

CAPÍTULO III – PODERES ADMINISTRATIVOS

- 1. Considerações gerais, 120**
 - 1.1 Distinção entre poderes administrativos e poderes políticos, 120
- 2. Poder vinculado, 121**
- 3. Poder discricionário, 122**
- 4. Poder hierárquico, 125**
- 5. Poder disciplinar, 127**
- 6. Poder regulamentar, 130**
- 7. Poder de polícia, 132**
 - 7.1 Conceito, 133
 - 7.2 Razão e fundamento, 136
 - 7.3 Objeto e finalidade, 136
 - 7.4 Extensão e limites, 137
 - 7.5 Atributos, 138
 - 7.5.1 Discricionariedade, 138
 - 7.5.2 Autoexecutoriedade, 139
 - 7.5.3 Coercibilidade, 140
 - 7.6 Meios de atuação, 141
 - 7.7 Sanções, 141
 - 7.8 Condições de validade, 142
 - 7.9 O poder de polícia e as microempresas e empresas de pequeno porte, 143
- 8. Polícia sanitária, 144**
 - 8.1 Campo de atuação, 144
 - 8.2 Normas gerais de defesa e proteção da saúde, 144
 - 8.2.1 Agência Nacional de Vigilância Sanitária, 145
 - 8.2.2 Agência Nacional de Saúde Complementar, 146
 - 8.2.3 Códigos sanitários estaduais, 146
 - 8.2.4 Regulamentos sanitários municipais, 146
 - 8.3 Sistema Nacional de Defesa Civil/SINDEC, 148

CAPÍTULO IV – ATOS ADMINISTRATIVOS

- 1. Conceito e requisitos do ato administrativo, 149**
 - 1.1 Conceito, 150
 - 1.2 Requisitos, 151
 - 1.2.1 Competência, 152
 - 1.2.2 Finalidade, 152
 - 1.2.3 Forma, 153
 - 1.2.4 Motivo, 154
 - 1.2.5 Objeto, 155
 - 1.3 Mérito do ato administrativo, 155
 - 1.4 Atos de Direito Privado praticados pela Administração, 156
 - 1.5 Processo administrativo, 156
- 2. Atributos do ato administrativo, 158**
 - 2.1 Presunção de legitimidade e veracidade, 158
 - 2.2 Imperatividade, 160
 - 2.3 Autoexecutoriedade, 160
- 3. Classificação dos atos administrativos, 162**

- 3.1 Atos gerais e individuais, 162
 - 3.1.1 Atos gerais ou normativos, 162
 - 3.1.2 Atos individuais, 162
- 3.2 Atos internos e externos, 163
 - 3.2.1 Atos internos, 163
 - 3.2.2 Atos externos, 163
- 3.3 Atos de império, de gestão e de expediente, 164
 - 3.3.1 Atos de império, 164
 - 3.3.2 Atos de gestão, 164
 - 3.3.3 Atos de expediente, 164
- 3.4 Atos vinculados e discricionários, 165
 - 3.4.1 Atos vinculados, 165
 - 3.4.2 Atos discricionários, 166
- 3.5 Outras classificações, 168
 - 3.5.1 Ato simples, complexo e composto, 169
 - 3.5.1.1 Ato simples, 169; 3.5.1.2 Ato complexo, 169; 3.5.1.3 Ato composto, 169
 - 3.5.2 Ato constitutivo, extintivo, declaratório, alienativo, modificativo ou abdicativo, 169
 - 3.5.2.1 Ato constitutivo, 169; 3.5.2.2 Ato extintivo ou desconstitutivo, 170; 3.5.2.3 Ato declaratório, 170; 3.5.2.4 Ato alienativo, 170; 3.5.2.5 Ato modificativo, 170; 3.5.2.6 Ato abdicativo, 170
 - 3.5.3 Ato válido, nulo e inexistente, 170
 - 3.5.3.1 Ato válido, 170; 3.5.3.2 Ato nulo, 170; 3.5.3.3 Ato inexistente, 171
 - 3.5.4 Ato perfeito, imperfeito, pendente e consumado, 171
 - 3.5.4.1 Ato perfeito, 171; 3.5.4.2 Ato imperfeito, 171; 3.5.4.3 Ato pendente, 171; 3.5.4.4 Ato consumado, 171
 - 3.5.5 Ato irrevogável, revogável e suspensível, 171
 - 3.5.5.1 Ato irrevogável, 172; 3.5.5.2 Ato revogável, 172; 3.5.5.3 Ato suspensível, 172
 - 3.5.6 Ato autoexecutório e não autoexecutório, 172
 - 3.5.6.1 Ato autoexecutório, 172; 3.5.6.2 Ato não autoexecutório, 172
 - 3.5.7 Ato principal, complementar, intermediário, ato-condição e ato de jurisdição, 172
 - 3.5.7.1 Ato principal, 172; 3.5.7.2 Ato complementar, 173; 3.5.7.3 Ato intermediário ou preparatório, 173; 3.5.7.4 Ato-condição, 173; 3.5.7.5 Ato de jurisdição ou jurisdicional, 173
 - 3.5.8 Ato constitutivo, desconstitutivo e de constatação, 173
 - 3.5.8.1 Ato constitutivo, 173; 3.5.8.2 Ato desconstitutivo, 173; 3.5.8.3 Ato de constatação, 174
- 4. *Espécies de atos administrativos, 174***
 - 4.1 Atos gerais ou normativos, 174
 - 4.1.1 Decretos, 175
 - 4.1.1.1 Decreto independente ou autônomo, 175; 4.1.1.2 Decreto regulamentar ou de execução, 176
 - 4.1.2 Regulamentos, 176
 - 4.1.3 Instruções normativas, 177
 - 4.1.4 Regimentos, 177
 - 4.1.5 Resoluções, 178
 - 4.1.6 Deliberações, 178
 - 4.2 Atos ordinatórios, 178
 - 4.2.1 Instruções, 179

- 4.2.2 Circulares, 179
- 4.2.3 Avisos, 179
- 4.2.4 Portarias, 179
- 4.2.5 Ordens de serviço, 179
- 4.2.6 Provimentos, 180
- 4.2.7 Ofícios, 180
- 4.2.8 Despachos, 180
- 4.3 Atos negociais, 180
 - 4.3.1 Licença, 182
 - 4.3.2 Autorização, 182
 - 4.3.3 Permissão, 183
 - 4.3.4 Aprovação, 183
 - 4.3.5 Admissão, 183
 - 4.3.6 Visto, 184
 - 4.3.7 Homologação, 184
 - 4.3.8 Dispensa, 184
 - 4.3.9 Renúncia, 184
 - 4.3.10 Protocolo administrativo, 184
- 4.4 Atos enunciativos, 185
 - 4.4.1 Certidões, 186
 - 4.4.2 Atestados, 186
 - 4.4.3 Pareceres, 187
 - 4.4.3.1 Parecer normativo, 187; 4.4.3.2 Parecer técnico, 188
 - 4.4.4 Apostilas, 188
 - 4.4.5 Ata notarial, 188
- 4.5 Atos punitivos, 188
 - 4.5.1 Multa, 189
 - 4.5.2 Interdição de atividade, 190
 - 4.5.3 Destruição de coisas, 190
- 4.6 Atos punitivos de atuação interna, 190
- 5. Teoria dos motivos determinantes, 190**
- 6. Invalidação dos atos administrativos, 192**
 - 6.1 Revogação e anulação, 193
 - 6.1.1 Revogação, 193
 - 6.1.2 Anulação, 195
 - 6.1.3 Anulação pela própria Administração, 199
 - 6.1.4 Anulação pelo Poder Judiciário, 200

CAPÍTULO V – CONTRATOS ADMINISTRATIVOS E LICITAÇÃO

1. Considerações gerais, 203

- 1.1 Ideia geral sobre contrato, 203
- 1.2 Conceito, peculiaridades e interpretação do contrato administrativo, 204
 - 1.2.1 Conceito, 204
 - 1.2.2 Peculiaridades do contrato administrativo, 205
 - 1.2.2.1 Alteração e extinção unilaterais, 206; 1.2.2.2 Equilíbrio financeiro, 207; 1.2.2.3 Reajustamento de preços e tarifas, 207; 1.2.2.4 Execução de contrato não cumprido, 208; 1.2.2.5 Controle do contrato, 209; 1.2.2.6 Aplicação de penalidades contratuais, 210
 - 1.2.3 Interpretação do contrato administrativo, 213

2. *Formalização do contrato administrativo, 214*

- 2.1 Normas regedoras do contrato, 214
- 2.2 Instrumento e conteúdo do contrato administrativo, 214
 - 2.2.1 Instrumento, 214
 - 2.2.2 Conteúdo, 216
- 2.3 Cláusulas essenciais ou necessárias, 217
- 2.4 Garantias para a execução do contrato, 218
 - 2.4.1 Modalidades de garantia, 219
 - 2.4.1.1 Caução, 219; 2.4.1.2 Seguro-garantia, 219; 2.4.1.3 Fiança bancária, 220; 2.4.1.4 Seguro de pessoas e bens, 220; 2.4.1.5 Compromisso de entrega de material, produto ou equipamento de fabricação ou produção de terceiros estranhos ao contrato, 220
- 2.5 Alocação de Riscos, 221

3. *Execução do contrato administrativo, 221*

- 3.1 Direitos e obrigações das partes, 222
 - 3.1.1 Direitos, 222
 - 3.1.2 Obrigações, 222
 - 3.1.2.1 Normas técnicas e material apropriado, 223; 3.1.2.2 Variações de quantidade, 223; 3.1.2.3 Execução pessoal, 223; 3.1.2.4 Encargos da execução, 224; 3.1.2.5 Manutenção de preposto, 225
- 3.2 Acompanhamento da execução do contrato e recebimento do seu objeto, 225
 - 3.2.1 Acompanhamento da execução do contrato, 225
 - 3.2.1.1 Fiscalização, 225; 3.2.1.2 Orientação, 226; 3.2.1.3 Interdição, 226; 3.2.1.4 Intervenção, 226; 3.2.1.5 Aplicação de penalidades, 227
 - 3.2.2 Recebimento do objeto do contrato, 227
 - 3.2.2.1 Recebimento provisório, 227; 3.2.2.2 Recebimento definitivo, 227
- 3.3 Extinção, prorrogação e renovação do contrato, 228
 - 3.3.1 Extinção do contrato, 228
 - 3.3.1.1 Conclusão do objeto, 228; 3.3.1.2 Término do prazo, 229; 3.3.1.3 Rescisão, 230; 3.3.1.4 Declaração de nulidade, 230
 - 3.3.2 Prorrogação do contrato, 232
 - 3.3.3 Renovação do contrato, 233

4. *Inexecução, revisão e rescisão (extinção) do contrato, 233*

- 4.1 Inexecução do contrato, 233
 - 4.1.1 Inexecução culposa, 233
 - 4.1.2 Inexecução sem culpa, 234
- 4.2 Causas justificadoras da inexecução do contrato, 234
 - 4.2.1 Aplicação da teoria da imprevisão, 234
 - 4.2.2 Força maior e caso fortuito, 235
 - 4.2.2.1 Força maior, 235; 4.2.2.2 Caso fortuito, 235
 - 4.2.3 Fato do príncipe, 236
 - 4.2.4 Fato da Administração, 237
 - 4.2.5 Estado de perigo, 237
 - 4.2.6 Lesão, 237
 - 4.2.7 Interferências imprevistas, 238
- 4.3 Consequências da inexecução, 238
 - 4.3.1 Responsabilidade civil, 238
 - 4.3.2 Responsabilidade administrativa, 239
 - 4.3.3 Impedimento de Licitar e Contratar, 239
 - 4.3.4 Declaração de inidoneidade, 240

- 4.3.5 Proibição de contratar na condenação por improbidade administrativa, 241
- 4.4 Revisão do contrato, 241
- 4.5 Rescisão do contrato, 242
 - 4.5.1 Rescisão (Extinção) administrativa, 243
 - 4.5.2 Rescisão consensual, 244
 - 4.5.3 Rescisão judicial, 245
 - 4.5.4 Rescisão por decisão arbitral, 246
 - 4.5.5 Rescisão de pleno direito, 246
- 4.6 Suspensão do contrato, 246
- 4.7 Meios Alternativos de Resolução de Controvérsias, 247
- 5. Principais contratos administrativos, 248**
 - 5.1 Contrato de obra pública e serviço de engenharia, 249
 - 5.1.1 Conceito e considerações gerais, 249
 - 5.1.1.1 Construção, 250; 5.1.1.2 Reforma, 250; 5.1.1.3 Ampliação, 250
 - 5.1.2 Regime de execução, 250
 - 5.1.2.1 Empreitada, 250; 5.1.2.2 Tarefa, 251; 5.1.2.3 Contratação integrada, 251; 5.1.2.4 Contratação semi-integrada, 252; 5.1.2.5 Fornecimento e prestação de serviço associado, 252
 - 5.2 Contrato de serviço, 253
 - 5.2.1 Conceito, 253
 - 5.2.2 Serviços comuns, 253
 - 5.2.3 Serviços especiais, 253
 - 5.2.4 Serviços contínuos, 254
 - 5.2.4.1 Serviços contínuos com regime de dedicação exclusiva de mão de obra, 254; 5.2.4.2 Serviços não contínuos ou contratados por escopo, 255
 - 5.2.5 Serviços técnicos especializados de natureza predominantemente intelectual, 255
 - 5.2.6 Terceirização, 256
 - 5.2.7 Contratos de trabalhos artísticos, 256
 - 5.3 Contrato de compras (fornecimento), 257
 - 5.4 Contrato de concessão, 259
 - 5.4.1 Contrato de concessão de serviço público, 259
 - 5.4.2 Contrato de concessão de obra pública e de concessão de serviço público prece-dido da execução de obra pública, 260
 - 5.4.3 Contrato de concessão de uso de bem público, 261
 - 5.5 Contrato de gerenciamento, 262
 - 5.6 Contrato de gestão ou de desempenho, 263
 - 5.7 Contrato de programa, 265
 - 5.8 Termo de parceria, 265
 - 5.9 Parceria voluntária, 267
 - 5.10 Parcerias de investimento, 268
 - 5.11 Parcerias com gestoras de Fundos Patrimoniais, 270
 - 5.12 Contrato de parceria público-privada/PPP, 271
 - 5.13 Contrato de franquia postal, 273
- 6. Contrato de consórcio público, 273**
- 7. Licitação, 273**
 - 7.1 Considerações gerais, 273
 - 7.2 Conceito e finalidades, princípios e objeto da licitação, 275
 - 7.2.1 Conceito e finalidades da licitação, 275

- 7.2.2 Princípios da licitação, 276
 - 7.2.2.1 Procedimento formal, 276; 7.2.2.2 Publicidade de seus atos, 277; 7.2.2.3 Igualdade entre os licitantes, 278; 7.2.2.4 Microempresas e empresas de pequeno porte, 281; 7.2.2.5 Sigilo na apresentação das propostas, 284; 7.2.2.6 Vinculação ao edital, 284; 7.2.2.7 Julgamento objetivo, 284; 7.2.2.8 Proibição administrativa, 284; 7.2.2.9 Adjudicação compulsória, 285; 7.2.2.10 Transparência, 285; 7.2.2.11 Planejamento, 285; 7.2.2.12 Desenvolvimento Nacional Sustentável, 285
- 7.2.3 Objeto da licitação, 286
- 7.3 Obrigatoriedade, dispensa e inexigibilidade de licitação, 288
 - 7.3.1 Obrigatoriedade de licitação, 288
 - 7.3.2 Dispensa de licitação, 288
 - 7.3.2.1 Licitação dispensada, 289; 7.3.2.2 Licitação dispensável, 288
 - 7.3.3 Inexigibilidade de licitação, 293
 - 7.3.3.1 Produtor/fornecedor ou vendedor exclusivo, 294; 7.3.3.2 Serviços técnicos profissionais especializados de natureza predominantemente intelectual, 294; 7.3.3.3 Contratação de artistas, 295; 7.3.3.4 Objetos contratados por meio de credenciamento, 296; 7.3.3.5 Contrato de aquisição ou locação de imóvel cujas características de instalações e de localização imponham necessariamente sua escolha, 297; 7.3.3.6 Motivação, 297
- 7.4 Procedimento e encerramento da licitação, 298
 - 7.4.1 Procedimento, 298
 - 7.4.1.1 Fase preparatória, 298; 7.4.1.2 Divulgação do Edital, 301; 7.4.1.3 Impugnação administrativa, pedidos de esclarecimento do edital, e pedidos de reconsideração e recursos, 302; 7.4.1.4 Apresentação de propostas e lances, 303; 7.4.1.5 Habilitação dos licitantes, 305; 7.4.1.6 Julgamento das propostas, 310; 7.4.1.6.1 Critérios de Julgamento, 311
 - 7.4.2 Encerramento da Licitação, 314
 - 7.4.2.1 Adjudicação e homologação, 314; 7.4.2.2 Anulação e revogação da licitação, 314; 7.4.2.2.1 Anulação, 314; 7.4.2.2.2 Revogação, 315
- 8. Serviços de publicidade, 316**
 - 8.1 Considerações gerais, 316
 - 8.2 Conceito legal de “serviços de publicidade”, 317
 - 8.3 Contratação só de agência de propaganda detentora de certificado de qualificação técnica de funcionamento, 317
 - 8.4 Extensão do objeto da licitação e do respectivo contrato, 318
 - 8.5 Modalidades de licitação dos serviços de publicidade, 318
 - 8.6 Instrumento convocatório, 318
 - 8.7 Comissão de Julgamento e Subcomissão Técnica, propostas de preços e propostas técnicas e procedimento da licitação e seu julgamento, 318
 - 8.7.1 Julgamento das propostas técnicas e das propostas de preços, 319
 - 8.7.1.1 Julgamento das propostas técnicas, 319; 8.7.1.2 Julgamento das propostas de preços, 320; 8.7.1.3 Apresentação e decisão sobre documentos de habilitação, 320; 8.7.1.4 Os princípios do sigilo na apresentação das propostas, da vinculação ao instrumento convocatório e do julgamento objetivo, 320
 - 8.8 Dos contratos de publicidade e da sua execução, 321

- 9. Produtos e sistemas de defesa, 322**
- 10. Modalidades de licitação, 323**
 - 10.1 Concorrência, 323
 - 10.2 Concurso, 324
 - 10.3 Leilão, 324
 - 10.4 Pregão, 325
 - 10.5 Diálogo Competitivo, 326
- 11. Licitações Internacionais, 327**
- 12. Procedimentos auxiliares das licitações e contratações, 328**
 - 12.1 Credenciamento, 328
 - 12.2 Pré-Qualificação, 328
 - 12.3 Registro Cadastral, 329
 - 12.4 Procedimento de Manifestação de Interesse – PMI, 330
 - 12.5 Sistema de Registro de Preços, 331
- 13. Sanções penais, 333**

CAPÍTULO VI – SERVIÇOS PÚBLICOS

- 1. Considerações gerais, 334**
 - 1.1 Conceito e classificação dos serviços públicos, 335
 - 1.1.1 Conceito, 335
 - 1.1.2 Classificação, 337
 - 1.1.2.1 Serviços públicos, 337; 1.1.2.2 Serviços de utilidade pública, 339; 1.1.2.3 Serviços próprios do Estado, 340; 1.1.2.4 Serviços impróprios do Estado, 340; 1.1.2.5 Serviços administrativos, 340; 1.1.2.6 Serviços industriais, 340; 1.1.2.7 Serviços uti universi ou gerais, 341; 1.1.2.8 Serviços uti singuli ou individuais, 341
 - 1.2 Regulamentação e controle, 343
 - 1.3 Requisitos ou condições do serviço e direitos do usuário, 344
 - 1.3.1 Greve nos serviços essenciais, 347
 - 1.4 Competência para prestação de serviço, 348
 - 1.4.1 Competência da União, 349
 - 1.4.2 Competência do Estado-membro, 349
 - 1.4.3 Competência do Município, 350
 - 1.4.4 Competência do Distrito Federal, 351
 - 1.5 Políticas públicas, discricionariedade e reserva do possível, 351
 - 1.6 Formas e meios de prestação do serviço, 352
 - 1.6.1 Serviço centralizado, 353
 - 1.6.2 Serviço descentralizado, 353
 - 1.6.3 Serviço desconcentrado, 353
 - 1.6.4 Execução direta do serviço, 354
 - 1.6.5 Execução indireta do serviço, 354
- 2. Autarquias, 354**
 - 2.1 Conceito e caracteres, 355
 - 2.1.1 Conceito, 355
 - 2.1.2 Caracteres, 356
 - 2.1.2.1 Instituição, 357; 2.1.2.2 Patrimônio inicial, 357; 2.1.2.3 Bens e rendas, 357; 2.1.2.4 Orçamento, 358; 2.1.2.5 Dirigentes, 358; 2.1.2.6 Atos dos dirigentes, 358; 2.1.2.7 Contratos, 358; 2.1.2.8 Pessoal, 358
 - 2.2 Privilégios, 358

- 2.3 Controle, 360
- 2.4 Autarquias de regime especial, 361
- 2.5 Agências reguladoras, 362
 - 2.5.1 Licitação, 369
- 2.6 Contratos de desempenho, 370
- 3. **Fundações, 370**
 - 3.1 Considerações gerais, 370
 - 3.2 Caracteres, 372
- 4. **Agências executivas, 372**
- 5. **Empresas públicas, sociedades de economia mista e suas subsidiárias, 373**
 - 5.1 Explicação preliminar, 373
 - 5.2 Conceito e caracteres, 374
 - 5.2.1 Distinção quanto ao objeto da empresa, 375
 - 5.2.2 Competência para instituir empresas estatais, 376
 - 5.2.3 Lei específica, 376
 - 5.2.4 Patrimônio, 377
 - 5.2.5 Falência, 378
 - 5.2.6 Função social da empresa pública e da sociedade de economia mista, 379
 - 5.2.7 Regime societário da empresa pública e da sociedade de economia mista, 379
 - 5.2.8 Regime de pessoal, 381
 - 5.3 Controle, 382
 - 5.4 Espécies e forma jurídica, 383
 - 5.4.1 Empresas públicas, 383
 - 5.4.2 Sociedades de economia mista, 385
 - 5.5 Licitação e contratos, 387
 - 5.5.1 Considerações gerais, 387
 - 5.5.2 Licitação, 388
 - 5.5.3 Normas específicas para obras e serviços, 389
 - 5.5.4 Normas específicas para aquisição de bens, 390
 - 5.5.5 Normas específicas para alienação de bens, 390
 - 5.5.6 Procedimento licitatório, 391
 - 5.5.7 Procedimentos auxiliares das licitações, 393
 - 5.5.8 Contratos, 394
 - 5.5.8.1 Alteração dos contratos, 395
 - 5.5.9 Sanções administrativas, 395
- 6. **Consórcios públicos, 396**
- 7. **Entes de cooperação: entidades paraestatais, 402**
 - 7.1 Conceito e espécies, 402
 - 7.1.1 Serviços sociais autônomos, 402
 - 7.1.2 Organizações sociais, 403
- 8. **Serviços delegados a particulares, 405**
 - 8.1 Serviços concedidos, 406
 - 8.1.1 Concessão, 406
 - 8.1.2 Regulamentação, 408
 - 8.1.3 Licitação, 411
 - 8.1.4 Contrato, 412
 - 8.1.5 Alteração unilateral do contrato, 413
 - 8.1.6 Fiscalização do serviço, 413
 - 8.1.7 Intervenção, 414
 - 8.1.8 Assunção do controle ou da administração temporária pelos financiadores e

- garantidores, 414
- 8.1.9 Prestação do serviço, 414
- 8.1.10 Remuneração do concessionário, 415
- 8.1.11 Direitos do usuário, 415
- 8.1.12 Extinção da concessão, 416
 - 8.1.12.1 Advento do termo contratual, ou reversão, 416; 8.1.12.2 Encampação ou resgate, 417; 8.1.12.3 Caducidade, 417; 8.1.12.4 Rescisão, 418; 8.1.12.5 Anulação, 418; 8.1.12.6 Outras formas de extinção, 418
- 8.1.13 Proteção ao patrimônio do concessionário, 419
- 8.1.14 Prorrogação do prazo contratual, 419
- 8.2 Parcerias público-privadas, 419
 - 8.2.1 Conceito, 419
 - 8.2.2 Cláusulas do contrato, 420
 - 8.2.3 Constituição de sociedade de propósito específico, 421
 - 8.2.4 Contratação, 421
 - 8.2.5 Despesas com os contratos, 421
 - 8.2.6 Parcerias federais, 422
- 8.3 Serviços permitidos, 422
- 8.4 Serviços autorizados, 424
 - 8.4.1 Autorização para atender a serviços instáveis ou emergenciais, 424
 - 8.4.2 Autorização para os serviços previstos no art. 21, XI e XII, da CF, 425
 - 8.4.3 Autorização sem a natureza de delegação, 425
- 8.5 Serviços delegados de registros públicos: notariais e registrais, 426
- 9. Convênios administrativos, 427**
 - 9.1 Organização, 428
 - 9.2 Execução, 428
- 10. Saneamento básico: a Lei 11.445, de 5.1.2007, 429**
- 11. Política Nacional de Resíduos Sólidos: a Lei 12.305, de 2.8.2010, 430**

CAPÍTULO VII – SERVIDORES PÚBLICOS

- 1. Considerações gerais, 431**
 - 1.1 Servidores públicos, 431
 - 1.2 Classificação na Constituição, 432
 - 1.3 Regime jurídico, 434
 - 1.4 Trabalhadores autônomos, 436
- 2. Organização do serviço público, 438**
 - 2.1 Organização legal, 438
 - 2.2 Conselhos de política de administração e remuneração de pessoal. Escolas de governo, 438
 - 2.3 Cargos e funções, 439
 - 2.3.1 Classe, 440
 - 2.3.2 Carreira, 440
 - 2.3.3 Quadro, 440
 - 2.3.4 Cargo de carreira, 440
 - 2.3.5 Cargo isolado, 440
 - 2.3.6 Cargo técnico, 440
 - 2.3.7 Cargo em comissão, 440
 - 2.3.8 Cargo de chefia, 442
 - 2.3.9 Lotação, 442
 - 2.4 Criação, transformação e extinção de cargos, funções ou empregos públicos, 442

- 2.5 Provimento de cargos, 444
- 2.6 Direitos do titular do cargo, 446
- 2.7 Acesso a informações privilegiadas, 446
- 2.8 Competência para organizar o serviço público, 447
 - 2.8.1 Competência da União, 447
 - 2.8.2 Competência do Estado-membro, 448
 - 2.8.3 Competência do Município, 448
 - 2.8.4 Competência do Distrito Federal, 448
- 2.9 Observância das normas constitucionais, 448
- 3. ***Normas constitucionais pertinentes aos servidores, 451***
 - 3.1 Acessibilidade aos cargos, funções e empregos públicos, 451
 - 3.2 Concurso, 453
 - 3.3 Contratação por tempo determinado, 459
 - 3.4 Desinvestidura de cargo ou emprego público, 459
 - 3.5 Paridade de vencimentos, 460
 - 3.6 Vedação de equiparações e vinculações, 461
 - 3.7 Acumulação de cargos, empregos e funções públicas, 461
 - 3.8 Estabilidade, 463
 - 3.9 Previdência social, 470
 - 3.10 Regime Próprio de Previdência Social do Servidor/RPPS, 471
 - 3.10.1 Regras específicas, 474
 - 3.10.2 Aposentadoria, 475
 - 3.10.3 Aposentadoria pelo regime próprio, 475
 - 3.10.4 Reajustamento dos proventos e da pensão, 476
 - 3.10.5 Requisitos e critérios para a aposentadoria, 476
 - 3.10.6 Direito à aposentadoria, 476
 - 3.10.7 Reversão, cassação, anulação da aposentadoria e retorno, 477
 - 3.10.8 Pensão por morte, 477
 - 3.10.9 Cômputo do tempo de contribuição, 477
 - 3.11 Regras previdenciárias de transição, 478
 - 3.12 Exercício de mandatos eletivos, 480
 - 3.13 Demissão de vitalícios e estáveis, 481
 - 3.14 Reintegração, recondução, reversão, readmissão e aproveitamento, 483
 - 3.15 Responsabilização civil de servidores, 483
 - 3.16 Abrangência das normas constitucionais, 484
 - 3.17 Competência da Justiça Comum, 484
- 4. ***Lei de Responsabilidade Fiscal, 485***
- 5. ***Deveres e direitos dos servidores, 486***
 - 5.1 Deveres, 486
 - 5.1.1 Dever de lealdade, 486
 - 5.1.2 Dever de obediência, 486
 - 5.1.3 Dever de conduta ética, 487
 - 5.1.4 Dever de eficiência, 487
 - 5.1.5 Dever de observar as formalidades legais ou regulamentares aplicáveis ao ato que pratica, 487
 - 5.1.6 Dever funcional de atuar para aumentar a segurança jurídica, 488
 - 5.1.7 Dever de probidade administrativa, 488
 - 5.1.8 Outros deveres, 488
 - 5.2 Restrições funcionais, 488
 - 5.3 Direitos, 488

- 5.4 Sistema remuneratório. Remuneração. Subsídio. Vencimentos. Vantagens pecuniárias. Indenizações, 490
 - 5.4.1 Sistema remuneratório, 490
 - 5.4.2 Subsídio, 494
 - 5.4.3 Vencimentos, 496
 - 5.4.4 Vantagens pecuniárias, 500
 - 5.4.4.1 Adicionais, 502; 5.4.4.2 Gratificações, 506
 - 5.4.5 Indenizações, 509
- 6. **Responsabilidades dos servidores, 509**
 - 6.1 Responsabilidade administrativa, 511
 - 6.2 Responsabilidade civil, 513
 - 6.3 Responsabilidade criminal, 515
 - 6.4 Responsabilidade por improbidade administrativa, 516
 - 6.5 Meios de punição, 522
 - 6.6 Sequestro e perdimento de bens, 523
 - 6.7 Enriquecimento ilícito, 523
 - 6.8 Abuso de autoridade, 523
- 7. **Militares, 526**
- 8. **Direito adquirido, 527**

CAPÍTULO VIII – DOMÍNIO PÚBLICO

- 1. **Considerações gerais, 530**
 - 1.1 Domínio público, 530
 - 1.2 Terras rurais e terrenos urbanos, 532
 - 1.3 Conceito e classificação dos bens públicos, 533
 - 1.3.1 Conceito, 533
 - 1.3.2 Classificação, 535
 - 1.3.2.1 Bens de uso comum do povo ou do domínio público, 535; 1.3.2.2 Bens de uso especial ou do patrimônio administrativo, 536; 1.3.2.3 Bens dominiais ou do patrimônio disponível, 536
 - 1.4 Administração dos bens públicos, 536
 - 1.5 Utilização dos bens públicos, 538
 - 1.5.1 Uso comum do povo, 538
 - 1.5.2 Uso especial, 539
 - 1.5.2.1 Autorização de uso, 541; 1.5.2.2 Permissão de uso, 542; 1.5.2.3 Cessão de uso, 543; 1.5.2.4 Concessão de uso, 544; 1.5.2.5 Concessão especial de uso, 545; 1.5.2.6 Concessão de direito real de uso, 546; 1.5.2.7 Enfiteuse ou aforamento, 547
 - 1.6 Alienação dos bens públicos, 548
 - 1.6.1 Alienação, 548
 - 1.6.1.1 Venda, 549; 1.6.1.2 Doação, 550; 1.6.1.3 Dação em pagamento, 551; 1.6.1.4 Permuta, 551; 1.6.1.5 Investidura, 552; 1.6.1.6 Concessão de domínio, 553; 1.6.1.7 Legitimação de posse e legitimação fundiária, 554
 - 1.7 Imprescritibilidade, impenhorabilidade e não oneração dos bens públicos, 555
 - 1.7.1 Imprescritibilidade, 556
 - 1.7.2 Impenhorabilidade, 556
 - 1.7.3 Não oneração, 556
 - 1.8 Aquisição de bens pela Administração, 557

2. Terras públicas, 559

- 2.1 Origens, 559
- 2.2 Terras devolutas, 560
- 2.3 Plataforma continental, 562
- 2.4 Terras tradicionalmente ocupadas pelos índios, 562
- 2.5 Terrenos de marinha, 563
- 2.6 Terrenos acrescidos, 563
- 2.7 Terrenos reservados ou marginais, 564
- 2.8 Ilhas, 565
- 2.9 Álveos abandonados, 567
- 2.10 Faixa de fronteira, 567
- 2.11 Vias e logradouros públicos, 567

3. Águas públicas, 569

- 3.1 Águas internas, 570
 - 3.1.1 Regime jurídico, 570
 - 3.1.2 Rios públicos, 572
 - 3.1.3 Águas minerais, 572
 - 3.1.4 Quedas d'água, 572
- 3.2 Águas externas, 573
 - 3.2.1 Mar territorial, 573
 - 3.2.2 Zona contígua, 573
 - 3.2.3 Zona econômica exclusiva, 573
 - 3.2.4 Alto-mar, 574

4. Jazidas, 574

- 4.1 Regime jurídico, 574
- 4.2 Petróleo e gás, 576
- 4.3 Minérios nucleares, 577

5. Florestas, 579

- 5.1 Regime jurídico, 579
- 5.2 Exploração de florestas, 582
- 5.3 Concessão de florestas, 582

6. Fauna, 583

- 6.1 Regime jurídico, 583

7. Espaço aéreo, 586

- 7.1 Regime jurídico, 586

8. Patrimônio histórico: tombamento, 587

- 8.1 Patrimônio histórico, 587
- 8.2 Tombamento, 588
 - 8.2.1 Processo, 590
 - 8.2.2 Indenização, 591
- 8.3 Omissão, 592

9. Patrimônio genético, 592

- 9.1 Conceito, 592
- 9.2 Regime jurídico, 593

10. Proteção ambiental, 596

- 10.1 Controle da poluição e da degradação ambiental, 598
- 10.2 Preservação dos recursos naturais, 601
- 10.3 Restauração dos elementos destruídos, 605
- 10.4 Ação civil pública para proteção ambiental, 606
- 10.5 Infrações penais e administrativas contra o meio ambiente, 607

*CAPÍTULO IX – INTERVENÇÃO NA PROPRIEDADE
E ATUAÇÃO NO DOMÍNIO ECONÔMICO*

1. Considerações gerais, 609

- 1.1 Propriedade e domínio econômico, 611
- 1.2 Bem-estar social, 612
- 1.3 Competência para a intervenção, 613
- 1.4 Meios de intervenção e de atuação, 614

2. Intervenção na propriedade, 614

- 2.1 Desapropriação, 614
 - 2.1.1 Conceito, 614
 - 2.1.2 Características, 615
 - 2.1.3 Requisitos constitucionais, 621
 - 2.1.3.1 Necessidade pública, 622; 2.1.3.2 Utilidade pública, 622; 2.1.3.3 Interesse social, 622; 2.1.3.4 Justa e prévia indenização, 622
 - 2.1.4 Normas básicas, 622
 - 2.1.5 Casos de desapropriação, 623
 - 2.1.6 Declaração expropriatória, 624
 - 2.1.7 Processo expropriatório, 625
 - 2.1.7.1 Via administrativa, 625; 2.1.7.2 Processo judicial, 626
 - 2.1.8 Imissão na posse, 626
 - 2.1.9 Indenização, 629
 - 2.1.9.1 Indenização justa, 629; 2.1.9.2 Indenização prévia, 631; 2.1.9.3 Indenização em dinheiro, 631; 2.1.9.4 Fixação da indenização, 631; 2.1.9.5 Indenização dos terrenos marginais dos rios públicos, 633
 - 2.1.10 Pagamento da indenização, 634
 - 2.1.11 Desvio de finalidade, 634
 - 2.1.12 Anulação da desapropriação, 635
 - 2.1.13 Retrocessão, 636
 - 2.1.14 Desistência da desapropriação, 637
- 2.2 Servidão administrativa, 637
 - 2.2.1 Conceito, 637
 - 2.2.2 Servidão administrativa e institutos afins, 638
 - 2.2.3 Instituição, 639
 - 2.2.4 Indenização, 640
- 2.3 Requisição, 640
- 2.4 Ocupação temporária, 641
- 2.5 Limitação administrativa, 642
 - 2.5.1 Conceito e natureza jurídica, 642
 - 2.5.2 As limitações administrativas como fonte de direito subjetivo, 644
 - 2.5.3 Limitações administrativas e institutos afins, 647

3. Atuação no domínio econômico, 649

- 3.1 Monopólio, 650
- 3.2 Repressão ao abuso do poder econômico, 652
- 3.3 Controle do abastecimento, 653
- 3.4 Tabelamento de preços, 653
- 3.5 Criação de empresas estatais, 654
- 3.6 Outras formas de atuação no domínio econômico, 654

4. Declaração de Direitos de Liberdade Econômica, 654

CAPÍTULO X – RESPONSABILIDADE CIVIL DA ADMINISTRAÇÃO

1. Considerações gerais, 657

- 1.1 Evolução doutrinária, 657
 - 1.1.1 Teoria da culpa administrativa, 658
 - 1.1.2 Teoria do risco administrativo, 659
 - 1.1.3 Teoria do risco integral, 659

2. A responsabilidade civil da Administração no Direito Brasileiro, 660

- 2.1 O art. 15 do antigo Código Civil e o art. 43 do Código Civil/2002, 660
- 2.2 O § 6º do art. 37 da Constituição da República, 661
- 2.3 Responsabilidade por atos legislativos e judiciais, 665

3. A reparação do dano, 667

- 3.1 Ação de indenização, 667
 - 3.2 Ação regressiva, 669
-

CAPÍTULO XI – CONTROLE DA ADMINISTRAÇÃO

1. Considerações gerais, 672

- 1.1 A necessidade de controle, 672
- 1.2 Conceito de controle, 673
- 1.3 Tipos e formas de controle, 673
 - 1.3.1 Controle hierárquico, 674
 - 1.3.2 Controle finalístico, 674
 - 1.3.3 Controle interno, 674
 - 1.3.4 Controle externo, 675
 - 1.3.5 Controle externo popular, 675
 - 1.3.6 Controle prévio ou preventivo (“a priori”), 675
 - 1.3.7 Controle concomitante ou sucessivo, 675
 - 1.3.8 Controle subsequente ou corretivo (“a posteriori”), 675
 - 1.3.9 Controle de legalidade ou legitimidade, 675
 - 1.3.10 Controle de mérito, 676

2. Responsabilidade fiscal, 676**3. Controle administrativo, 677**

- 3.1 Conceito, 677
- 3.2 Meios de controle, 678
 - 3.2.1 Fiscalização hierárquica, 679
 - 3.2.2 Ministério da Controladoria-Geral da União, 679
 - 3.2.3 Supervisão ministerial, 679
 - 3.2.4 Recursos administrativos, 680
 - 3.2.4.1 Representação, 683; 3.2.4.2 Reclamação, 684; 3.2.4.3 Pedido de reconsideração, 684; 3.2.4.4 Recursos hierárquicos, 685; 3.2.4.5 Revisão do processo, 687; 3.2.4.6 Coisa julgada administrativa, 687; 3.2.4.7 Prescrição administrativa, 688
- 3.3 Processo administrativo, 689
 - 3.3.1 Processo e procedimento, 690
 - 3.3.2 O processo administrativo e suas espécies, 692
 - 3.3.3 Princípios do processo administrativo, 692
 - 3.3.3.1 Legalidade objetiva, 693; 3.3.3.2 Oficialidade ou impulsão, 693; 3.3.3.3 Informalismo, 694; 3.3.3.4 Verdade material, 694; 3.3.3.5 Garantia de defesa, 694

- 3.3.4 Fases do processo administrativo, 696
 - 3.3.4.1 Instauração, 696; 3.3.4.2 Instrução, 696; 3.3.4.3 Defesa, 696; 3.3.4.4 Relatório, 696; 3.3.4.5 Julgamento, 697; 3.3.4.6 Decisão coordenada, 697
- 3.3.5 Modalidades de processo administrativo, 698
 - 3.3.5.1 Processo de expediente, 698; 3.3.5.2 Processo de outorga, 698; 3.3.5.3 Processo de controle, 699; 3.3.5.4 Processo punitivo, 700
- 3.3.6 Processo Administrativo Disciplinar/PAD, 700
- 3.3.7 Meios sumários, 703
 - 3.3.7.1 Sindicância:, 703; 3.3.7.2 Sindicância patrimonial, 704; 3.3.7.3 Verdade sabida, 704; 3.3.7.4 Termo de declarações, 704
- 3.3.8 Processo administrativo tributário, 704
- 4. Controle administrativo do Poder Judiciário e do Ministério Público, 705**
 - 4.1 Conselho Nacional de Justiça e Conselho Nacional do Ministério Público, 705
 - 4.2 Ouvidorias, 706
- 5. Controle legislativo, 706**
 - 5.1 Conceito, 706
 - 5.2 Fiscalização dos atos da Administração, 708
 - 5.2.1 Fiscalização financeira e orçamentária, 709
 - 5.2.1.1 Atribuições dos Tribunais de Contas, 710
- 6. Controle judiciário, 713**
 - 6.1 Conceito, 713
 - 6.2 Atos sujeitos a controle comum, 713
 - 6.3 Atos sujeitos a controle especial, 716
 - 6.3.1 Atos políticos, 716
 - 6.3.2 Atos legislativos, 717
 - 6.3.3 “Interna corporis”, 719
 - 6.4 Meios de controle judiciário, 720
 - 6.4.1 Juizados Especiais, 721
 - 6.4.2 Mandado de segurança individual, 721
 - 6.4.3 Mandado de segurança coletivo, 723
 - 6.4.4 Ação popular, 723
 - 6.4.5 Ação civil pública, 724
 - 6.4.5.1 Termo de Compromisso de Ajustamento de Conduta, 726
 - 6.4.6 Mandado de injunção, 726
 - 6.4.7 “Habeas data” , 728
 - 6.4.8 Ação direta de inconstitucionalidade, 728
 - 6.4.9 Medida cautelar, 729
 - 6.4.10 Ação de inconstitucionalidade por omissão, 729
 - 6.4.11 Ação declaratória de constitucionalidade, 729
 - 6.4.12 Arguição de descumprimento de preceito fundamental, 730
 - 6.4.13 Representação interventiva prevista no inciso III do art. 36 da CF, 730
 - 6.4.14 Outras ações, 731
- 7. Administração em juízo, 732**
 - 7.1 Representação em juízo, 733
 - 7.2 Atuação processual, 734
 - 7.3 Execução do julgado, 736
 - 7.4 Execução fiscal, 743
 - 7.5 Despesas judiciais, 743

- 7.6 Prescrição, 744
- 7.7 Sequestro e perdimento de bens, 747

CAPÍTULO XII – ORGANIZAÇÃO ADMINISTRATIVA BRASILEIRA

- 1. Considerações gerais, 748**
- 2. A Administração Federal, 749**
- 3. Administração direta e indireta, 750**
- 4. Os princípios fundamentais da Administração Pública Federal, 753**
 - 4.1 Planejamento, 753
 - 4.2 Coordenação, 755
 - 4.3 Descentralização, 755
 - 4.4 Delegação de competência, 757
 - 4.5 Controle, 758
- 5. Os órgãos dirigentes da Administração Federal, 759**
 - 5.1 Órgãos Autônomos, 759
 - 5.2 Entes de Cooperação, 760
- 6. Sistemas de atividades auxiliares, 762**
- 7. Administração dos Estados, Municípios, Distrito Federal e Territórios, 763**
 - 7.1 Administração estadual, 763
 - 7.2 Administração municipal, 764
 - 7.2.1 Regiões Metropolitanas, 766
 - 7.3 Administração do Distrito Federal, 766
 - 7.4 Administração dos Territórios, 767
- 8. Programa Nacional de Desestatização, 767**
- 9. Reforma do Aparelho do Estado, 768**

Bibliografia, 771

Índice Alfabético-Remissivo, 799